

Olá, tudo bem?

Chegou um momento de que gosto muito, que é o de poder dividir contigo as ações parlamentares e as atividades da minha legislatura durante o mês. Espero deixar você por dentro do que de mais importante aconteceu, assim como dos gastos mensais do gabinete #SomosAMudança. Lembre-se: este mandato também é seu!

Abraço,


Felipe Camozzato

COMPROMISSO DA QUOTA BÁSICA MENSAL (QBM)

Só no mês de maio, o gabinete #SomosAMudança economizou **R\$ 15.689,08** do seu dinheiro, somente em QBM (material de escritório, telefone, diárias, etc.) isso representa **95%** do total de **R\$ 16.441,74** disponível!

Queria aproveitar a oportunidade para corrigir o valor economizado no mês passado, que na verdade foi de **R\$ 15.484,20**. Isso aconteceu porque o setor responsável pelos registros fez o lançamento depois do fechamento do mês.

Logo abaixo estão os gastos do mês de maio, **para conferência:**

<i>GASTOS COM QUOTA BÁSICA MENSAL:</i> NOVAMENTE BATEMOS A META DE GASTAR MENOS DO QUE R\$ 2.000 DA QUOTA!	TELEFONE FIXO	—	R\$ 114,55
	TELEFONE MÓVEL 1 E 2	—	R\$ 60,43
	CÓPIAS E IMPRESSÕES	—	R\$ 26,72
	QUILOMETRAGEM	—	R\$ 248,06
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	—	R\$ 8,14
	JORNAIS ONLINE	—	R\$ 55,60
	LICENÇA DE SOFTWARE	—	R\$ 239,16
	TOTAL DO MÊS	—	R\$ 752,66

PROJETO DOS FOODTRUCKS SERÁ VOTADO NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA

Na próxima quarta-feira (6/6), será votado o projeto de lei em que propus a modernização da lei dos foodtrucks, wine bikes e demais modalidades de gastronomia itinerante. A ideia surgiu a partir de discussões na Frente Parlamentar do Empreendedorismo e Desburocratização (FREPED) e tramita desde o ano passado. Também subscreveram e apoiam a ideia os vereadores Comandante Nádia (PMDB),

Moisés Maluco do Bem (PSDB), Pablo Mendes Ribeiro (PMDB) e Ricardo Gomes (PP).

Um dos principais benefícios do projeto é a desburocratização, afinal os empreendedores hoje precisam pedir autorização à prefeitura a cada dia que forem às ruas trabalhar nos locais não previstos pela lei atual. Com a modernização, bastará os trucks obterem um alvará que estarão autorizados a operar com maior flexibilidade, não precisando mais deste entrave burocrático que tomava tempo tanto dos empreendedores, quanto da prefeitura.

A legislação aprovada anteriormente engessou esse modelo de negócio na Capital, exigindo a permanência em pontos fixos via um sistema de rodízio, o que inviabiliza o negócio desses empreendedores.

Defendemos que esses trabalhadores possam estacionar em ruas, praças e parques da cidade, respeitando o limite de distância de estabelecimentos com pontos fixos.

Você é nosso convidado para acompanhar a votação. Espero você lá!

Quando: 6/6, a partir das 14h15

Onde: [Câmara de Vereadores de Porto Alegre \(Av. Loureiro da Silva, 255\)](#)

SÓ EM PORTO ALEGRE MESMO!

Com a intenção de desburocratizar a atividade econômica na capital, fiz uma Indicação ao prefeito para que a cidade passe a seguir a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Atualmente, o que vigora é a Classificação de Atividades prevista no Plano Diretor. A alteração, além de agilizar processos, colocaria o município de acordo com o sistema quase unânime nacionalmente.

Esse sistema de classificação própria é a materialização da expressão 'Só em Porto Alegre mesmo', já que praticamente todas as cidades do país se baseiam na Classificação Nacional. Esse tipo de diferenciação só cria problemas aos empreendedores, gerando incompatibilidades para empresas que já operam em outros estados e barreiras para a inovação.

Com essa alteração em vigor, seria possível agilizar a obtenção de alvarás, reduzir as dificuldades dos empreendedores de outras cidades a se adaptarem à legislação

municipal, atualização e inclusão de novas atividades econômicas de forma mais dinâmica, além de beneficiar o acesso à informação sobre a atividade econômica e o seu grau de risco, já que a Classificação Nacional é de conhecimento de todos os empreendedores.

LEI DO INVENTÁRIO DE IMÓVEIS

Gostaria de compartilhar com você a resposta ao pedido de providência em que solicitei, junto de outros vereadores, uma ação imediata do cancelamento do inventário de imóveis de Porto Alegre, uma vez que a lei que criava esse instrumento foi revogada e sancionada pelo Prefeito Marchezan.

Na resposta, fica clara a intenção do Executivo de criar uma nova lei para que, só então, proceda com alguma alteração nos imóveis já inventariados, o que soa absurdo, já que não existe nenhuma lei atualmente que ampare tal ato administrativo.

Seguirei pressionando o Executivo, pois não me conforta uma resposta como essa, que deixa transparecer a falta de urgência com que a questão é tratada.

ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOBRE ITBI

Apresentei um projeto de Lei Complementar para alterar a legislação municipal sobre o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis). Meu projeto tenta resolver um problema corriqueiro para quem compra imóveis: o valor da avaliação do imóvel pela Fazenda ser maior do que o efetivamente pago no negócio.

Hoje, quando isso acontece, o pagador de impostos que quiser uma reavaliação do imóvel deve juntar um laudo técnico apontando os equívocos da avaliação feita pelo fisco municipal. O projeto, ao contrário, prevê que quando a Receita Municipal avaliar o imóvel acima do valor informado pelo contribuinte, em mais de 20%, será necessário que **o próprio fisco junte um parecer** técnico fundamentando o valor estimado.

Assim, busquei inverter o ônus de comprovação do valor do bem. Hoje quem tem esse ônus é o pagador de impostos. Com a aprovação do projeto, em casos de avaliação pelo fisco em valor 20% acima do valor do negócio, será a Fazenda do município que terá de juntar o laudo.

PASSO A PASSO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Um dos objetivos do mandato é mostrar como funciona a casa legislativa do nosso município. Por isso, fiz mais um vídeo da série "Explicando a Câmara", contando como funciona a atuação legislativa do gabinete.

Neste vídeo, você vai entender desde a "Reunião de Líderes", em que são decididos os projetos a serem votados nas sessões plenárias, até a definição da estratégia de comunicação e do meu posicionamento quanto aos projetos a serem votados.

Confira no link: bit.ly/atuacaolegislativacamozzato

ÍNDICE DE DADOS ABERTOS DE POA

Você que já me acompanha há algum tempo sabe que a transparência é uma das bandeiras do meu mandato. Desde apoio a projetos como o "Serenata de Amor", em que um robô fiscaliza as prestações de contas dos deputados federais, até projetos de lei de minha autoria que estabelecem prazo para a divulgação do balanço para empresas municipais e divulgação de quanto cada bairro arrecada de IPTU. Dados abertos são o presente do combate à corrupção e da fiscalização do governo pela sociedade!

Por isso, queria apresentar para você o resultado do Índice de Dados Abertos de Porto Alegre, em parceria com a Open Knowledge e FGV/RJ! Um dos voluntários que realizou o trabalho foi o Fred Cosentino, economista aqui do gabinete.

Para acessar o relatório completo de Porto Alegre e aprender como usar os dados de transparência do município, acesse: <http://dapp.fgv.br/publicacao/indice-de-dados-abertos-para-cidades-2018/>